



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 43

Segunda-feira - 04 de agosto de 2008

Ano 1

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Braço do Trombudo .....	01
José Boiteux .....	07
Massaranduba .....	07
Monte Carlo .....	08
Schroeder .....	08

## Braço do Trombudo

### Prefeitura Municipal

#### Lei nº 0586/2008.

Estabelece a Política Municipal de Saneamento Básico e dá outras providências.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

#### CAPÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

##### Seção I

##### Das Disposições Preliminares

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico reger-se-á pelas disposições desta lei, de seus regulamentos e das normas administrativas deles decorrentes e tem por finalidade assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente urbano e rural, além de disciplinar o planejamento e a execução das ações, obras e serviços de saneamento básico do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta lei considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;

d) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas;

II - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

III - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

IV - subsídios: instrumento econômico de política social para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente para populações e localidades de baixa renda;

V - localidade de pequeno porte: vilas, aglomerados rurais, povoados, núcleos, lugarejos e aldeias, assim definidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 3º Os recursos hídricos não integram os serviços públicos de saneamento básico.

Parágrafo único. A utilização de recursos hídricos na prestação de serviços públicos de saneamento básico, inclusive para disposição ou diluição de esgotos e outros resíduos líquidos, é sujeita a outorga de direito de uso, nos termos da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, da Lei Estadual nº 9.748, de 30 de novembro de 1994, e suas normas regulamentadoras.

Art. 4º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, desde que o usuário não dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

Art. 5º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, após ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico, ser considerado resíduo sólido urbano.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, o serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos é composto pelas seguintes atividades:

I - de coleta, transbordo e transporte dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do art. 2º desta Lei;

II - de triagem para fins de reúso ou reciclagem, de tratamento, inclusive por compostagem, e de disposição final dos resíduos relacionados na alínea "c" do inciso I do art. 2º desta Lei;

III - de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana.

Art. 7º Compete ao Município organizar e prestar direta ou indiretamente os serviços de saneamento básico de interesse local.

Parágrafo único. Os serviços de saneamento básico deverão inte-

**CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal**

**Dávio Leu** - Presidente • **Edinando Brustolin** - Diretor Executivo

**Emerson Souto** - Gerente de Tecnologias da Informação • **Dayane Nunes** - Jornalista • **Lucas Rossi** - Diagramador.

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

grar-se com as demais funções essenciais de competência municipal, de modo a assegurar prioridade para a segurança sanitária e o bem-estar de seus habitantes.

Art. 8º O município poderá delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, depois de ouvido o Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º As atividades de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico poderão ser exercidas:

I - por órgão ou entidade de ente da Federação a que o município tenha delegado o exercício dessas competências por meio de convênio de cooperação entre entes da Federação, obedecido o disposto no art. 241 da Constituição Federal;

II - por consórcio público integrado pelos titulares dos serviços.

§ 2º No exercício das atividades de planejamento dos serviços a que se refere o § 1º deste artigo, o município poderá receber cooperação técnica do Estado e basear-se em estudos fornecidos pelos prestadores.

§ 3º A prestação de serviços públicos de saneamento básico no município poderá ser realizada por:

I - órgão, autarquia, fundação de direito público, consórcio público, empresa pública ou sociedade de economia mista municipal ou estadual, na forma da legislação;

II - empresa a que se tenha concedido os serviços.

## **Seção II**

### **Dos Princípios**

Art. 9º A Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-á pelos seguintes princípios:

I - universalização do acesso;

II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;

III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente;

IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;

V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;

VI - articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

VII - eficiência e sustentabilidade econômica;

VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;

X - controle social;

XI - segurança, qualidade e regularidade;

XII - integração das infra-estruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

## **Seção III**

### **Dos Objetivos**

Art. 10. São objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico:

I - contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualda-

des locais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;  
II - priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;

III - proporcionar condições adequadas de salubridade sanitária às populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados;

IV - assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade sanitária, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

V - incentivar a adoção de mecanismos de planejamento, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico;

VI - promover alternativas de gestão que viabilizem a auto-sustentação econômica e financeira dos serviços de saneamento básico, com ênfase na cooperação com os governos estadual e federal, bem como com entidades municipalistas;

VII - promover o desenvolvimento institucional do saneamento básico, estabelecendo meios para a unidade e articulação das ações dos diferentes agentes, bem como do desenvolvimento de sua organização, capacidade técnica, gerencial, financeira e de recursos humanos, contempladas as especificidades locais;

VIII - fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico, a adoção de tecnologias apropriadas e a difusão dos conhecimentos gerados de interesse para o saneamento básico;

IX - minimizar os impactos ambientais relacionados à implantação e desenvolvimento das ações, obras e serviços de saneamento básico e assegurar que sejam executadas de acordo com as normas relativas à proteção do meio ambiente, ao uso e ocupação do solo e à saúde.

## **Seção IV**

### **Das Diretrizes Gerais**

Art. 11. A formulação, implantação, funcionamento e aplicação dos instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico orientar-se-ão pelas seguintes diretrizes:

I - valorização do processo de planejamento e decisão sobre medidas preventivas ao crescimento caótico de qualquer tipo, objetivando resolver problemas de dificuldade de drenagem e disposição de esgotos, poluição e a ocupação territorial sem a devida observância das normas de saneamento básico previstas nesta lei, no Plano Municipal de Saneamento Básico e demais normas municipais;

II - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

III - coordenação e integração das políticas, planos, programas e ações governamentais de saneamento, saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação, uso e ocupação do solo;

IV - atuação integrada dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais de saneamento básico;

V - consideração às exigências e características locais, à organização social e às demandas sócio-econômicas da população;

VI - prestação dos serviços públicos de saneamento básico orientada pela busca permanente da universalidade e qualidade;

VII - ações, obras e serviços de saneamento básico planejados e executados de acordo com as normas relativas à proteção ao meio ambiente e à saúde pública, cabendo aos órgãos e entidades por elas responsáveis o licenciamento, a fiscalização e o controle dessas ações, obras e serviços, nos termos de sua competência legal;

VIII - a bacia hidrográfica deverá ser considerada como unidade de planejamento para fins de elaboração do Plano Municipal de

Saneamento Básico, compatibilizando-se com o Plano Municipal de Saúde e de Meio Ambiente, com o Plano Diretor Municipal e com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da região, caso existam;

IX - incentivo ao desenvolvimento científico na área de saneamento básico, a capacitação tecnológica da área, a formação de recursos humanos e a busca de alternativas adaptadas às condições de cada local;

X - adoção de indicadores e parâmetros sanitários e epidemiológicos e do nível de vida da população como norteadores das ações de saneamento básico;

XI - promoção de programas de educação sanitária;

XII - estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;

XIII - garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, inclusive mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares;

XIV - adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais;

## **CAPÍTULO II**

### **DO SISTEMA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

#### **Seção I**

##### **Da Composição**

Art. 12. A Política Municipal de Saneamento Básico contará, para execução das ações dela decorrentes, com o Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 13. O Sistema Municipal de Saneamento Básico fica definido como o conjunto de agentes institucionais que no âmbito das respectivas competências, atribuições, prerrogativas e funções, integram-se, de modo articulado e cooperativo, para a formulação das políticas, definição de estratégias e execução das ações de saneamento básico.

Art. 14. O Sistema Municipal de Saneamento Básico é composto dos seguintes instrumentos:

I - Plano Municipal de Saneamento Básico;

II - Conferência Municipal de Saneamento Básico;

III - Conselho Municipal de Saneamento Básico;

IV - Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.

#### **Seção II**

##### **Do Plano Municipal de Saneamento Básico**

Art. 15. Fica instituído o Plano Municipal de Saneamento Básico, destinado a articular, integrar e coordenar recursos tecnológicos, humanos, econômicos e financeiros, com vistas ao alcance de níveis crescentes de salubridade ambiental.

Art. 16. O Plano Municipal de Saneamento Básico contemplará um período de 20 (vinte) anos e conterá, dentre outros, os seguintes elementos:

I - diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

II - objetivos e metas de curto, médio e longo prazos para a universalização, admitidas soluções graduais e progressivas, observando a compatibilidade com os demais planos setoriais;

III - programas, projetos e ações necessários para atingir os objetivos e as metas, de modo compatível com os respectivos planos plurianuais e com outros planos governamentais correlatos, identificando possíveis fontes de financiamento;

IV - ações para emergências e contingências;

V - mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da

eficiência e eficácia das ações programadas.

VI - identificação dos obstáculos de natureza político-institucional, legal, econômico-financeira, administrativa, cultural e tecnológica que se interpõem à consecução dos objetivos e metas propostos, e os meios para superá-los;

VII - caracterização e quantificação dos recursos humanos, materiais, tecnológicos, institucionais e administrativos necessários à execução das ações propostas;

§ 1º O Plano Municipal de Saneamento Básico poderá ser elaborado com base em estudos fornecidos pelos prestadores de cada serviço.

§ 2º O município fará a consolidação e compatibilização dos planos específicos de cada serviço.

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser compatível com os planos das bacias hidrográficas em que estiverem inseridos.

§ 4º O Plano Municipal de Saneamento Básico será avaliado anualmente e revisado no primeiro ano do mandato do Prefeito Municipal, anteriormente ao encaminhamento do Plano Plurianual ao Poder Legislativo.

§ 5º A elaboração das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e a discussão dos estudos que as fundamentem serão realizadas por meio da Conferência Municipal de Saneamento Básico, sendo assegurada a ampla divulgação de seus resultados.

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo Plano Municipal de Saneamento Básico em vigor à época da delegação.

§ 7º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá englobar integralmente o território do ente do município.

Art. 17. Na avaliação e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, tomar-se-á por base o relatório sobre a salubridade ambiental do município.

§ 1º O relatório referido no "caput" do artigo será publicado até 30 de março de cada ano pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, e reunirá os diagnósticos de salubridade ambiental de cada localidade.

§ 2º O regulamento desta lei estabelecerá os critérios e prazos para elaboração e aprovação do relatório.

Art. 18. O processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico dar-se-á com a participação da população e do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º A divulgação das propostas do Plano Municipal de Saneamento Básico e dos estudos que as fundamentarem dar-se-á por meio da disponibilização integral de seu conteúdo a todos os interessados, inclusive por meio da rede mundial de computadores - Internet e por audiência pública.

§ 2º O Plano Municipal de Saneamento Básico deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico

#### **Seção III**

##### **Da Conferência Municipal de Saneamento Básico**

Art. 19. A Conferência Municipal de Saneamento Básico, parte do processo de elaboração e revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, contará com a representação dos vários segmentos sociais e será convocada pelo Chefe do Poder Executivo ou pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

§ 1º Preferencialmente serão realizadas pré-conferências de saneamento básico como parte do processo e contribuição para a Conferência Municipal de Saneamento Básico.

§ 2º A Conferência Municipal de Saneamento Básico terá sua organização e normas de funcionamento definidas em regimento próprio, aprovada pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

#### **Seção IV**

**Do Conselho Municipal de Saneamento Básico**

Art. 20. Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico, órgão colegiado consultivo e deliberativo, de nível estratégico superior do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Art. 21. Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico:

I - formular as políticas de saneamento básico, definir estratégias e prioridades, acompanhar e avaliar sua implementação;

II - discutir e aprovar, após a Conferência Municipal de Saneamento Básico, o Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - publicar o relatório da situação de salubridade sanitária do Município;

IV - deliberar sobre propostas de projetos de lei e programas de saneamento básico financiados com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - desobrigar a apresentação de contrapartida na transferência de recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

VI - definir os critérios para comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública, para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido;

VII - fomentar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação tecnológica e a formação de recursos humanos;

VIII - monitorar o cumprimento da Política Municipal de Saneamento Básico, especialmente no que diz respeito ao fiel cumprimento de seus princípios e objetivos e a adequada prestação dos serviços e utilização dos recursos;

IX - decidir sobre propostas de alteração da Política Municipal de Saneamento Básico;

X - atuar no sentido da viabilização de recursos destinados aos planos, programas e projetos de saneamento básico;

XI - estabelecer diretrizes e mecanismos para o acompanhamento, fiscalização e controle do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

XII - articular-se com outros conselhos existentes no Município e no Estado com vistas a implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico;

XIII - elaborar e aprovar o seu regimento interno.

XIV - elaborar e aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Saneamento Básico.

XV - convocar, em caso de omissão do Chefe do Poder Executivo, a Conferência Municipal de Saneamento Básico;

XVI - manifestar-se sobre a delegação da organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços de saneamento básico municipal.

XVII - definir as classes de resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, que podem ser consideradas como resíduo sólido urbano.

Art. 22. O Conselho Municipal de Saneamento Básico, formado pela composição paritária de órgãos governamentais e entidades não-governamentais, constituído por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes assim definidos:

I - são representantes dos órgãos governamentais:

a) o representante do Poder Executivo Municipal;

b) o representante do Poder Legislativo Municipal.

c) o titular da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico;

II - são representantes das entidades não-governamentais:

a) um representante da Comunidade Acadêmica;

b) um representante de Associações de Moradores;

c) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica em que o Município está inserido;

d) um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí - AEAVI;

c) um representante de Entidade Filantrópica com sede no Município;

Art. 23. A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saneamento Básico será presidida pelo representante do Poder Executivo Municipal.

**Seção V****Do Fundo Municipal de Saneamento Básico**

Art. 24. Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico destinado a financiar, isolada ou complementarmente, os instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico previstos nesta lei, cujos programas tenham sido aprovados pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art. 25. Serão beneficiários dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, mediante contrapartida, os seguintes órgãos ou entidades vinculados à área de saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos e educação:

I - pessoas jurídicas de direito público;

II - consórcios públicos;

III - empresas públicas ou sociedades de economia mista;

IV - fundações de direito público;

V - empresa a que se tenham concedido os serviços;

VI - entidades de direito privado, sem fins econômicos;

Parágrafo único. Sempre que deliberado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico, os beneficiários estarão desobrigados da apresentação de contrapartida.

Art. 26. Fica vedada a consignação de recursos financeiros de qualquer origem para aplicação em ações de saneamento básico pelo município que não seja por meio do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 27. Os repasses financeiros do Fundo Municipal de Saneamento Básico serão realizados, levando-se em conta, especialmente, que:

I - os recursos poderão ser objeto de contratação de financiamento, com taxas a serem fixadas;

II - a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, inclusive nas operações sem retorno financeiro, será acompanhada de contrapartida da entidade tomadora, ressalvado o previsto no parágrafo único do artigo 25 desta lei;

III - a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico, a título de concessão de subsídios ou a fundo perdido, dependerá da comprovação de interesse público relevante ou da existência de riscos elevados à saúde pública;

IV - o Plano Municipal de Saneamento Básico é o único instrumento hábil para orientar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Saneamento Básico;

V - fica vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico para pagamento de dívidas e cobertura de déficits dos órgãos e entidades envolvidas direta ou indiretamente na Política Municipal de Saneamento Básico.

Art. 28. Constitui receita do Fundo Municipal de Saneamento Básico:

I - recursos provenientes de dotações orçamentárias do Município;

II - de fundos estaduais e federais, inclusive orçamentários do Estado e da União;

III - transferência de outros fundos do Município para a realização de obras de interesse comum;

IV - parcelas de amortização e juros dos empréstimos concedidos;

V - recursos provenientes de doações ou subvenções de organismos e entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;



VI - as rendas provenientes das aplicações dos seus recursos;

VII - parcelas de royalties;

VIII - outros recursos.

Parágrafo único. O montante dos recursos referidos no inciso VII deste Artigo deverá ser definido através de legislação específica.

#### **Seção IV - Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico**

Art. 29. Fica instituído Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico, que possui como objetivos:

I - coletar e sistematizar dados relativos às condições da prestação dos serviços públicos de saneamento básico;

II - disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e da oferta de serviços públicos de saneamento básico;

III - permitir e facilitar o monitoramento e avaliação da eficiência e da eficácia da prestação dos serviços de saneamento básico.

§ 1º As informações do Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico são públicas e acessíveis a todos, devendo ser publicadas por meio sítio ou página da rede mundial de computadores.

§ 2º O Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico será regulamentado em 360 dias, contados da publicação desta lei.

#### **CAPÍTULO III**

##### **DIREITOS E DEVERES DOS USUÁRIOS**

Art. 30. São direitos dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - a gradativa universalização dos serviços de saneamento básico e sua prestação de acordo com os padrões estabelecidos pelo órgão de regulação e fiscalização;

II - o amplo acesso às informações constantes no Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico;

III - a cobrança de taxas, tarifas e preços públicos compatíveis com a qualidade e quantidade do serviço prestado;

IV - o acesso direto e facilitado ao órgão regulador e fiscalizador;

V - ao ambiente salubre;

VI - o prévio conhecimento dos seus direitos e deveres e das penalidades a que podem estar sujeitos;

VII - a participação no processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos do artigo 19 desta lei;

VIII - ao acesso gratuito ao manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Art. 31. São deveres dos usuários dos serviços de saneamento básico prestados:

I - o pagamento das taxas, tarifas e preços públicos cobrados pela Administração Pública ou pelo prestador de serviços;

II - o uso racional da água e a manutenção adequada das instalações hidrossanitárias da edificação;

III - a ligação de toda edificação permanente urbana às redes públicas de abastecimento de água e esgotamento sanitário disponíveis, salvo o disposto no art. 4º desta Lei;

IV - o correto manuseio, separação, armazenamento e disposição para coleta dos resíduos sólidos, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder público municipal;

V - primar pela retenção das águas pluviais no imóvel, visando a sua infiltração no solo ou seu reúso;

VI - colaborar com a limpeza pública, zelando pela salubridade dos bens públicos e dos imóveis sob sua responsabilidade.

VII - participar de campanhas públicas de promoção do saneamento básico.

Parágrafo Único. Nos locais não atendidos por rede coletora de esgotos, é dever do usuário a construção, implantação e manutenção de sistema individual de tratamento e disposição final de

esgotos, conforme regulamentação do poder público municipal, promovendo seu reúso sempre que possível.

#### **CAPÍTULO IV**

##### **PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

Art. 32. A prestação dos serviços de saneamento básico atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais.

Art. 33. Toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços, salvo o disposto no art. 4º desta Lei.

§ 1º Na ausência de redes públicas de água e esgotos, serão admitidas soluções individuais de abastecimento de água e de tratamento e disposição final dos esgotos sanitários, observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis pelas políticas ambiental, sanitária e de recursos hídricos.

§ 2º A instalação hidráulica predial ligada à rede pública de abastecimento de água não poderá ser também alimentada por outras fontes.

Art. 34. Em situação crítica de escassez ou contaminação de recursos hídricos que obrigue à adoção de racionamento, declarada pela autoridade gestora de recursos hídricos, o ente regulador poderá adotar mecanismos tarifários de contingência, com objetivo de cobrir custos adicionais decorrentes, garantindo o equilíbrio financeiro da prestação do serviço e a gestão da demanda.

Art. 35. Os prestadores de serviços de saneamento básico deverão elaborar manual de prestação de serviço e atendimento ao usuário e assegurar amplo e gratuito acesso ao mesmo.

#### **CAPÍTULO V**

##### **ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS**

Art. 36. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, mediante remuneração pela cobrança dos serviços:

I - de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

II - de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos: taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades;

III - de manejo de águas pluviais urbanas: na forma de tributos, inclusive taxas, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades.

Parágrafo único. Observado o disposto nos incisos I a III do caput deste artigo, a instituição das tarifas, preços públicos e taxas para os serviços de saneamento básico observará as seguintes diretrizes:

I - prioridade para atendimento das funções essenciais relacionadas à saúde pública;

II - ampliação do acesso dos cidadãos e localidades de baixa renda aos serviços;

III - geração dos recursos necessários para realização dos investimentos, objetivando o cumprimento das metas e objetivos do serviço;

IV - inibição do consumo supérfluo e do desperdício de recursos;

V - recuperação dos custos incorridos na prestação do serviço, em regime de eficiência;

VI - remuneração adequada do capital investido pelos prestadores dos serviços;

VII - estímulo ao uso de tecnologias modernas e eficientes, com-

patíveis com os níveis exigidos de qualidade, continuidade e segurança na prestação dos serviços;

VIII - incentivo à eficiência dos prestadores dos serviços.

Art. 37. Observado o disposto no art. 36 desta Lei, a estrutura de remuneração e cobrança dos serviços públicos de saneamento básico poderá levar em consideração os seguintes fatores:

I - categorias de usuários, distribuídas por faixas ou quantidades crescentes de utilização ou de consumo;

II - padrões de uso ou de qualidade requeridos;

III - quantidade mínima de consumo ou de utilização do serviço, visando à garantia de objetivos sociais, como a preservação da saúde pública, o adequado atendimento dos usuários de menor renda e a proteção do meio ambiente;

IV - custo mínimo necessário para disponibilidade do serviço em quantidade e qualidade adequadas;

V - ciclos significativos de aumento da demanda dos serviços, em períodos distintos; e

VI - capacidade de pagamento dos usuários.

Art. 38. As taxas ou tarifas decorrentes da prestação de serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos devem levar em conta a adequada destinação dos resíduos coletados e poderão considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas;

III - o peso ou o volume médio coletado por habitante ou por domicílio.

Art. 39. A cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas deve levar em conta, em cada lote urbano, os percentuais de impermeabilização e a existência de dispositivos de amortecimento ou de retenção de água de chuva, bem como poderá considerar:

I - o nível de renda da população da área atendida;

II - as características dos lotes urbanos e as áreas que podem ser neles edificadas.

Art. 40. Os reajustes de tarifas de serviços públicos de saneamento básico deverão ser realizados a cada 12 (doze) meses, de acordo com as normas legais, regulamentares e contratuais.

Art. 41. As revisões tarifárias compreenderão a reavaliação das condições da prestação dos serviços e das tarifas praticadas, objetivando a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários e a reavaliação das condições de mercado, ou para adequar o equilíbrio econômico-financeiro.

§ 1º As revisões tarifárias terão suas pautas definidas pelas respectivas entidades reguladoras, ouvidos Conselho Municipal de Saneamento Básico e os prestadores dos serviços.

§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

§ 3º Os fatores de produtividade poderão ser definidos com base em indicadores de outras empresas do setor.

§ 4º A entidade de regulação poderá autorizar o prestador de serviços a repassar aos usuários custos e encargos tributários não previstos originalmente e por ele não administrados, nos termos da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Art. 42. As tarifas serão fixadas de forma clara e objetiva, devendo os reajustes e as revisões serem tornados públicos com antecedência mínima de 30 (trinta) dias com relação à sua aplicação. Parágrafo único. A fatura a ser entregue ao usuário final deverá obedecer a modelo estabelecido pela entidade reguladora, que definirá os itens e custos que deverão estar explicitados.

Art. 43. Os serviços de saneamento básico poderão ser interrompidos pelo prestador nas seguintes hipóteses:

I - situações de emergência que atinjam a segurança de pessoas

e bens;

II - necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias de qualquer natureza nos sistemas;

III - negativa do usuário em permitir a instalação de dispositivo de leitura de água consumida, após ter sido previamente notificado a respeito;

IV - manipulação indevida de qualquer tubulação, medidor ou outra instalação do prestador, por parte do usuário; e

V - inadimplemento do usuário dos serviços de saneamento básico, do pagamento das tarifas, após ter sido formalmente notificado.

§ 1º As interrupções programadas serão previamente comunicadas ao regulador e aos usuários.

§ 2º A suspensão dos serviços prevista nos incisos III e V do caput deste artigo será precedida de prévio aviso ao usuário, não inferior a 30 (trinta) dias da data prevista para a suspensão.

§ 3º A interrupção ou a restrição do fornecimento de água por inadimplência a estabelecimentos de saúde, a instituições educacionais e de internação coletiva de pessoas e a usuário residencial de baixa renda beneficiário de tarifa social deverá obedecer a prazos e critérios que preservem condições mínimas de manutenção da saúde das pessoas atingidas, de acordo com as normas do órgão de regulação.

Art. 44. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o Município, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

§ 1º Não gerarão crédito perante o Município os investimentos feitos sem ônus para o prestador, tais como os decorrentes de exigência legal aplicável à implantação de empreendimentos imobiliários e os provenientes de subvenções ou transferências fiscais voluntárias.

§ 2º Os investimentos realizados, os valores amortizados, a depreciação e os respectivos saldos serão anualmente auditados e certificados pela entidade reguladora.

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

## CAPÍTULO VI

### REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 45. A regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico serão realizadas por órgão administrativo com autonomia administrativa, orçamentária e financeira, gozando de independência decisória perante os demais órgãos da Administração Pública.

Art. 46. São objetivos da regulação:

I - estabelecer padrões e normas para a adequada prestação dos serviços e para a satisfação dos usuários;

II - garantir o cumprimento das condições e metas estabelecidas;

III - definir tarifas que assegurem tanto o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos como a modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

Art. 47. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;  
V - medição, faturamento e cobrança de serviços;  
VI - monitoramento dos custos;  
VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;  
VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive raciocínio;

§ 1º As normas a que se refere o caput deste artigo fixarão prazo para os prestadores de serviços comunicarem aos usuários as providências adotadas em face de queixas ou de reclamações relativas aos serviços.

§ 2º As entidades fiscalizadoras deverão receber e se manifestar conclusivamente sobre as reclamações que, a juízo do interessado, não tenham sido suficientemente atendidas pelos prestadores dos serviços.

Art. 48. Em caso de gestão associada ou prestação regionalizada dos serviços, o Município poderá adotar os mesmos critérios econômicos, sociais e técnicos da regulação adotados para a área de abrangência da associação ou da prestação.

Art. 49. Os prestadores dos serviços de saneamento básico deverão fornecer à entidade reguladora todos os dados e informações necessárias para o desempenho de suas atividades, na forma das normas legais, regulamentares e contratuais.

§ 1º Incluem-se entre os dados e informações a que se refere o caput deste artigo aquelas produzidas por empresas ou profissionais contratados para executar serviços ou fornecer materiais e equipamentos específicos.

§ 2º Compreendem-se nas atividades de regulação dos serviços de saneamento básico a interpretação e a fixação de critérios para a fiel execução dos contratos, dos serviços e para a correta administração de subsídios.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 50. Os órgãos e entidades municipais da área de saneamento básico serão reorganizadas para atender o disposto nesta lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 51. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 52. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 53. Revogam-se as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 21 de maio de 2008.

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada nos lugares de costume em data supra.

## Aviso de Licitação

### Edital de Lic. Modalidade Convite 47/2008

O Município de Braço do Trombudo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 10:00 Horas do dia 11.08.08, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de Máquina Fotográfica Digital 7.2 megapixel.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 01 de agosto de 2008.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

## José Boiteux

### Prefeitura Municipal

#### Pregão para Registro de Preços

#### Processo Licitatório N° 048/2008

#### Pregão Presencial N° 003/2008

O Prefeito Municipal de José Boiteux – SC, torna público, que fará

realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial Para Registro de Preços, no dia 12/08/2008, às 10:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho nº 13, Relativo ao Registro de Preços para a aquisição de material escolar para a manutenção da rede municipal de ensino fundamental. A relação completa dos itens encontra-se no anexo I que é parte integrante do presente Edital. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Compras da Prefeitura, no endereço acima, no site [www.pmjb.sc.gov.br](http://www.pmjb.sc.gov.br) ou pelo fone/fax (47) 3352-7030.

José Boiteux, em 01 de Agosto de 2008.

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

## Massaranduba

### Prefeitura Municipal

#### Contrato N°.: 35/2008

#### Processo: Tomada de Preços N°. 34/2008

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: CONSTRUTORA LING LTDA

OBJETO: Fornecimento e montagem de Pré-Moldado, para Ampliação da E.B.M.Ministro Pedro Aleixo

VALOR: R\$ 99.917,93 (Noventa e nove mil, novecentos e dezessete reais e noventa e três centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 28/07/2008 a 10/09/2008

DÁVIO LEU

Prefeito Municipal

#### Contrato N°.: 36/2008

#### Processo: Tomada de Preços N°. 34/2008

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: CONSTRUTORA LING LTDA

OBJETO: Fornecimento de materiais e serviços de construção civil para Ampliação da EBM Ministro Pedro Aleixo

VALOR: R\$ 499.821,75 (Quatrocentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e um reais e setenta e cinco centavos)

DATA DA VIGÊNCIA: 28/07/2008 a 24/12/2008

DÁVIO LEU

Prefeito Municipal

#### Processo Licitatório N°. 38/2008

#### Pregão Presencial N°. 15/2008-PM

A Prefeitura Municipal de Massaranduba, torna público que de acordo com a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará

licitação na Modalidade de Pregão Presencial, com adjudicação por item, objetivando a aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA, para os Centros de Educação Infantil Municipais Hulda Cardoso e Ivete Schmidt e Escolas de Ensino Fundamental da Rede de Ensino Municipal.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 hs do dia 15/08/2008  
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14:15 hs do dia 15/08/2008.  
INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital e outras informações poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 8:30 as 11:30 hs e das 13:30 as 17:30 hs ou site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 31 de Julho de 2008.

DÁVIO LEU

Prefeito Municipal

## Monte Carlo

### Prefeitura Municipal

#### Extrato do Contrato N° 43/2008

Contratante: Município de Monte Carlo. Contratada: SUPERMERCADO BARPP LTDA-ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO. - Valor Global do Contrato: R\$ 75.180,00 reais - Referente aos Lotes: 02 e 03 - Dotação Orçamentária: Manutenção da merenda escolar- Código Reduzido: 120 e 121

Data da Assinatura: Monte Carlo 30 de julho de 2008.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

#### Extrato do Contrato N° 44/2008

Contratante:Município de Monte Carlo. Contratada: MERCEARIA ARTURLTDA-ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE MONTE CARLO. - Valor Global do Contrato: R\$ 56.000,00 reais - Referente aos Lotes: 01 - Dotação Orçamentária: Manutenção da merenda escolar- Código Reduzido: 120 e 121

Data da Assinatura: Monte Carlo 30 de julho de 2008.

ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

#### Extrato Aditivo N° 02/2008 do Contrato Original N° 46/2007.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MONTE CARLO. Contratada: MENON CORRETORA DE SEGUROS LTDA- Objeto:RENOVAÇÃO POR MAIS 12(DOSE) MESES DAS APÓLICES DE SEGUROS PARA VEICULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE MONTE CARLO. Valor do Aditivo de Contrato: R\$ 11.403,20(onze mil, quatrocentos e tres reais com vinte centavos). Do Prazo: inicio 21/08/2008 com duração de 12(dose) meses - Da Despesa: Manutenção do Fundo Municipal de Saúde. Código Reduzido: 10. Fundamentação Legal: Art. 65 inc. II "d" da Lei 8666/93.

Data da Assinatura: Monte Carlo 01 de agosto de 2008.

ANTONINHO T. GONÇALVES

Prefeito Municipal

## Schroeder

### Prefeitura Municipal

#### Lei No1.656/2008

##### Dispõe Sobre a Denominação da Rua Otto Elert.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua no309, na localidade de Itoupava-Açu, no Município de Schroeder, de Rua Otto Elert.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 15 de abril de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

#### Lei No1.657/2008

##### Dispõe Sobre a Denominação da Rua Guilherme Laffin.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua no312, na localidade de Itoupava-Açu, no Município de Schroeder, de Rua Guilherme Laffin.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 15 de abril de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

#### Lei No1.658/2008

##### Dispõe Sobre a Denominação da Rua Daniel Andrade Castro.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1o Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua no310, na localidade de Itoupava-Açu, no Município de Schroeder, de Rua Daniel Andrade Castro.

Art. 2o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 15 de abril de 2008.



FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
DENILSON WEISS  
Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.659/2008**

#### **Institui o Conselho Municipal de Trânsito.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições: Faz saber a todos os habitantes do Município de Schroeder, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal de Trânsito do Município de Schroeder, que tem por objetivo promover estudos e coordenar ações inerentes ao trânsito nas vias públicas.

Art. 2º O Conselho Municipal de Trânsito será composto por Onze (11) membros, indicados pelas Entidades abaixo citadas:

- I - Membro permanente - Secretário Municipal de Obras e Saneamento;
- II - Um representante da Prefeitura Municipal, indicado pelo Prefeito Municipal;
- III - Um representante de Centro de Formação de Condutores do Município;
- IV - Dois representante da Associação Empresarial de Schroeder;
- V - Dois representantes da Polícia Militar;
- VI - Um representante da Polícia Civil;
- VII - Um representante dos permissionários dos serviços de táxi;
- VIII - Um representante da concessionária do transporte coletivo no município;
- IX - Um representante das Associações de Moradores.

Art. 3º Os representantes dos órgãos ou entidades discriminados no artigo anterior serão designados pelo Chefe do Poder Executivo através de Decreto.

Art. 4º O Organograma do Conselho Municipal de Trânsito será formado de:

- Um Coordenador
- Um Relator
- Nove Membros

Art. 5º Cabe ao Conselho Municipal de Trânsito manter-se em perfeita sintonia com o Executivo Municipal, informando-o de todas as medidas e estudos necessários ao equacionamento dos problemas do trânsito municipal.

Parágrafo único. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 6º O Conselho, quando necessário, poderá se assessorar de técnicos de reconhecida capacidade e experiência, visando o acompanhamento do trabalho que se propõe.

Art. 7º Os integrantes do Conselho Municipal de Trânsito não serão remunerados pela Municipalidade ou por qualquer outro órgão.

Art. 8º Os representantes dos órgãos ou entidades que integram o Conselho Municipal de Trânsito poderão ser substituídos a qualquer tempo, porém o substituto será sempre do mesmo órgão ou entidade que o indicou.

Art. 9º Todas as vezes que se fizer necessária uma substituição, o nome do substituído será submetido à apreciação do Chefe do Poder Executivo que, por sua vez, aprovará ou não.

Art. 10. É de competência da Prefeitura Municipal o fornecimento de material necessário à execução dos trabalhos afetos ao

Conselho.

Art. 11. O Conselho poderá utilizar-se dos serviços e informações das Secretarias Municipais, cuja atividade esteja vinculada direta ou indiretamente à matéria.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Schroeder, 25 de abril de 2008.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.  
DENILSON WEISS  
Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.660/2008**

#### **Autoriza a Alterar a Lei Nº1.468/2005, que Alterou o Art. 2o da Lei No1.363/2003, Que Dispõe Sobre A Composição Do Conselho Municipal De Turismo De Schroeder E Dá Outras Providências.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público autorizado a alterar a Lei nº1.468/2005, de 28/6/2005, que alterou o Art. 2o, da Lei no1.363/2003, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Turismo de Schroeder, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho Municipal de Turismo será constituído por 13 (treze) membros titulares com seus respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito e escolhidos dentre cidadãos da comunidade de notório saber, e que tenham interesse pelo desenvolvimento e no fomento do Turismo em Schroeder, respeitada a paridade entre Governo e Sociedade, a saber:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO:

- a) um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Gestão Ambiental e Turismo;
- b) um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- c) um representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;
- d) um representante da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento;
- e) um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- f) um representante da EPAGRI.

II – REPRESENTANTES DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- a) dois representantes da Associação Empresarial de Schroeder;
- b) um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Schroeder;
- c) um representante dos Proprietários de Restaurantes, Bares, Lanchonetes e Similares;
- d) um representante da Associação de Desenvolvimento da Microbacia Rio Duas Mamas;
- e) um representante da Associação Schroedense de Arte e Artesanato;
- f) um representante da Associação de Produtores Agrícolas de Schroeder.

Parágrafo único – O número de membros do Conselho deverá ser impar, contendo no mínimo 50% (cinquenta por cento) + 01 (um) da comunidade não pertencente diretamente ao quadro do Poder Público.

- I ...
- II ...
- III ...

IV ...  
V ..."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº1.468/2005, de 28 de junho de 2005.

Schroeder, 25 de abril de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

## **Lei Nº 1.661/2008**

### **Cria o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Schroeder.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de suas atribuições, faz saber aos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### **CAPÍTULO I DO CONSELHO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO, DOS PRINCÍPIOS, DOS OBJETIVOS, DAS DIRETRIZES, DAS COMPETÊNCIAS E DA COMPOSIÇÃO**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SCHROEDER - CMHS, que atuará em conformidade com os princípios consagrados na Lei Orgânica do Município de Schroeder; artigo 43, do Estatuto da Cidade; Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e Lei Federal Nº 11.124 de 16 de junho de 2.005.

Art. 2º O Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS tem caráter deliberativo, fiscalizador e consultivo e como objetivos básicos o estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da política municipal de habitação.

Art. 3º O Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS terá como princípios norteadores de suas ações:

I - a promoção do direito de todos à moradia digna;

II - o acesso prioritário nas políticas habitacionais com recursos públicos, da população com renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos;

III - a participação popular nos processos de formulação, execução e fiscalização da política municipal da habitação;

IV - compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;

V - função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;

Parágrafo único. Compreende-se por moradia digna, para fins de aplicação da PMHS a que atende aos padrões mínimos de habitabilidade, com infra-estrutura e saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamentos e serviços urbanos e sociais.

Art.4º. O Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS terá como diretrizes:

I - a integração dos assentamentos precários ao tecido urbano, através de programas de regularização fundiária - urbanística e jurídica - e do desenvolvimento de projetos sociais de geração de trabalho e renda e capacitação profissional nestas áreas;

II - a articulação da política habitacional às demais políticas

sociais, ambientais e econômicas;

III - a integração da política habitacional à política de desenvolvimento urbano e ao Plano Diretor;

IV - o apoio à implantação dos instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade atendendo ao princípio constitucional da função social da cidade e da propriedade;

V - prioridade para planos, programas e projetos habitacionais para a população de menor renda;

VI - utilização prioritária de incentivo ao aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura não utilizadas ou subutilizadas, inseridas na malha urbana;

VII - utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;

VIII - sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;

IX - incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;

X - incentivo à pesquisa, incorporação de desenvolvimento tecnológico e de formas alternativas de produção habitacional.

Art. 5º. Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS:

I - participar da elaboração e fiscalizar a implementação dos planos e programas da política habitacional de interesse social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades;

II - acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos e o desempenho dos programas e projetos aprovados;

III - participar da elaboração de plano de aplicação dos recursos oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal ou repassados por meio de convênios;

IV - constituir Comissão Especial para organização de Conselhos Regionais de Habitação, quando julgar necessário;

V - estimular a participação e o controle popular sobre a implementação das políticas públicas habitacionais e de desenvolvimento urbano;

VI - possibilitar ampla informação à população e às instituições públicas e privadas sobre temas e questões atinentes à política habitacional;

VII - convocar a Conferência Municipal de Habitação;

VIII - articular-se com as demais instâncias de participação popular do Município;

IX - definir os critérios de atendimento e seleção dos inscritos em programas habitacionais cadastrados na Diretoria de Habitação com base nas diferentes realidades e problemas que envolvam a questão habitacional no Município;

X - elaborar e propor ao Poder Executivo a regulamentação das condições de acesso aos recursos do Fundo Municipal de Habitação e as regras que regerão a sua operação, assim como as normas de controle e de tomada de prestação de contas, entre outras;

XI - participar do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Schroeder - FMHS;

XII - deliberar sobre os convênios destinados a execução de projetos de habitação, de melhorias das condições de habitabilidade, de urbanização e de regularização fundiária, ou demais relacionados à política habitacional;

XIII - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporários ou permanentes para melhor desempenho de suas funções, quando necessário;

XIV - propor, apreciar e promover informações sobre materiais e técnicas construtivas alternativas com finalidade de aprimorar quantitativa e qualitativamente os custos das unidades habitacionais;

XV - acompanhar o pedido e adesão do Município ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, instituído pela Lei 11.124 de 16 de junho de 2.005;

XVI - articular-se com o SNHIS cumprindo suas normas;

XVII - elaborar seu regimento interno.

Art.6º O CMHS será composto por um total de 06 (seis) membros

titulares e 06 (seis) membros suplentes, representantes do poder público, da sociedade civil e de movimentos populares e de segmentos setoriais, assim distribuídos:

I - 03 (três) representantes do poder público sendo o Secretário de Saúde e Assistência Social e 02 (dois) técnicos municipais;

II - 01 (um) representante da sociedade civil e movimentos populares;

III - 01 (um) representante da área urbana;

IV - 01 (um) representante da área rural.

§1º Cada membro titular terá seu suplente que o substituirá em seus impedimentos e assumirá sua posição em caso de vacância.

§2º Os conselheiros governamentais serão indicados pelo chefe do poder executivo.

Art. 7º A Mesa Diretora do Conselho será composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

Art. 8º. O Conselho será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social, competindo-lhe:

I - representar legalmente o Conselho;

II - convocar e presidir as reuniões do Conselho;

III - publicar em jornal de circulação local a composição do Conselho Municipal de Habitação;

IV - dirigir e coordenar as atividades do Conselho, determinando as providências necessárias ao seu pleno desempenho;

V - promover ou praticar atos de gestão administrativa, necessários ao desempenho das atividades do Conselho, de suas Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

VI - emitir voto de desempate.

§ 1º A periodicidade das reuniões do Conselho e das Comissões serão estabelecidas em Regimento Interno.

§ 2º Caso o Presidente não convoque as reuniões ordinárias do Conselho nos prazos estabelecidos pelo Regimento Interno, estas poderão ser convocadas por requerimento de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros.

§ 3º O Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos em reunião plenária, mediante voto dos Conselheiros.

Art. 9º As funções dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS e de suas Comissões não serão remuneradas, sendo seu desempenho considerado serviço público relevante.

Art. 10 O mandato dos membros do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS, indicados ou eleitos, será de 02 (dois) anos, permitida 01 (uma) única recondução.

Art. 11. As reuniões do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS se instalarão com um quorum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus integrantes.

Art. 12. As decisões do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS serão tomadas com aprovação da maioria simples de seus membros.

Art. 13. As deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS serão materializadas em resoluções, homologadas pelo seu Presidente.

§ 1º A homologação será efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da deliberação.

§ 2º Caso o Presidente não homologue as deliberações do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS no prazo estabelecido pelo §1º, as mesmas retornarão ao Conselho, onde serão confirmadas ou reformuladas pela maioria absoluta dos Conselheiros.

Art. 14. Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social proporcionar ao Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS condições para o seu pleno e regular funcionamento, dando-lhe suporte técnico, administrativo e financeiro.

Art. 15. Os membros do Conselho Municipal de Habitação de Schroeder - CMHS terão seu assento garantido na composição do Conselho Gestor do FMHS.

## **CAPITULO II**

### **DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, DOS RECURSOS E SUA DESTINAÇÃO, DO PATRIMÔNIO, DA ADMINISTRAÇÃO E DE SEU CONSELHO GESTOR**

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS, de natureza contábil, ligado a Secretaria de Saúde e Assistência Social, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

Art. 17. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS é constituído por:

I - dotações consignadas, anualmente, no orçamento municipal e créditos adicionais que lhe sejam destinados;

II - os provenientes das dotações do Orçamento Geral da União e do Estado e extra-orçamentárias federais especialmente a ele destinados;

III - os créditos adicionais;

IV - os provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que lhe forem repassados;

V - os provenientes da aplicação do IPTU progressivo, sobre a sua progressividade, da Outorga Onerosa do Direito de Construir e de Operações Consorciadas conforme os percentuais definidos e aprovados na Política Municipal de Habitação de Schroeder - PMHS;

VI - os provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que lhe forem repassados, nos termos e condições estabelecidos pelo respectivo Conselho Deliberativo;

VII - os provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;

VIII - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHS;

IX - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;

X - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais e internacionais;

XI - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS; e

XII - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

Parágrafo único. As despesas correntes, necessárias à administração do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS, com pessoal, material de consumo e outros, não poderão ser realizadas com recurso do mesmo, devendo estar vinculadas ao orçamento do órgão da administração pública municipal que o gerencia.

Art. 18. Os recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS serão depositados em conta especial, em estabelecimento oficial de crédito, movimentados sob fiscalização do Conselho Gestor.

Art. 19. O Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder - FMHISS será gerido por um Conselho Gestor.

Art. 20. O Conselho Gestor é órgão deliberativo e será composto pela totalidade dos membros do CMHS, e pelos seguintes:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

II - Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Saneamento;

III - Dois representantes da Câmara de Vereadores;

IV - Um representante das Associações de Moradores; e

V - Um representante a Defesa Civil do Município.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do Fundo Municipal de



Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS será exercida pelo Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social.  
§ 2º O Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS exercerá o voto de qualidade.

Art. 21. As aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - adequação da infra-estrutura em assentamentos de população de baixa e baixíssima renda;

II – aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

III – produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

IV – urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

V – implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social;

VI – aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VII – recuperação ou produção de imóveis em áreas encortiçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VIII - aquisição de terrenos para programas de Habitação de Interesse Social;

IX - produção de moradias em sistema de autoconstrução ou mutirões com base em análise técnica e financeira;

X - contratação ou execução de obras e/ou serviços necessários ao desenvolvimento de programas habitacionais;

XI - convênios com Associações de Moradores, associações civis filantrópicas e sem fins lucrativos, universidades, entidades de classe, cooperativas destinadas à execução e desenvolvimento de projetos;

XII - outros programas e projetos relacionados à questão habitacional, discutidas e aprovadas pelo CMHS e pelo Conselho gestor do FMHISS.

Parágrafo único. Para fins da PMHS considera-se de baixíssima renda a família que recebe entre 0 a 01 (um) salário-mínimo e de baixa renda a que recebe entre 01 (um) a 03 (três) salários-mínimos.

Art. 22. O público beneficiário dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS serão as famílias do município de Schroeder com renda mensal de até 3(três) salários-mínimos (prioritariamente), que não detenham imóvel residencial localizado neste município e nenhum financiamento por parte do Sistema Financeiro de Habitação, em nenhum outro local do território nacional.

Parágrafo único. Para ser enquadrado no caput deste artigo a família deverá comprovar que se encontra domiciliada e residindo no município de Schroeder há, pelo menos, 02(dois) anos.

Art. 23. Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I – estabelecer diretrizes e fixar critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais, observado o disposto nesta Lei, e também a política e o plano municipal de habitação;

II - zelar pela correta aplicação dos recursos do Fundo, nos projetos e programas previstos nesta lei e em sua regulamentação;

III - analisar e emitir parecer quanto aos programas que lhe forem submetidos;

IV - acompanhar, controlar, avaliar e auditar a execução dos programas habitacionais em que haja alocação de recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS;

V - estabelecer as normas de alocação de recursos, dispor

sobre a aplicação de suas disponibilidades;

VI - praticar os demais atos necessários à gestão dos recursos do Fundo e exercer outras atribuições que lhe forem conferidas em regulamento;

VII - estabelecer normas para registro e controle das operações com recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS;

VIII - constituir grupos técnicos, comissões especiais, temporárias ou permanentes, quando julgar necessário para o desempenho de suas funções;

IX – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS;

X – deliberar sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS;

XI – dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS, nas matérias de sua competência;

XII – aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do caput deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº. 11.124, de 16 de junho de 2.005, nos casos em que o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS vier a receber recursos federais.

§ 2º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder – FMHISS promoverá audiências públicas e conferências representativas dos seguimentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

Art. 24. Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e com o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 06 de maio de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.662/2008**

#### **Autoriza o Município a Devolver Área a Claudemir Fodi e Uira Weiss.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber a todos os habitantes do Município de Schroeder, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica desafetada de bem de uso comum da população, passando a categoria de bem dominial do Patrimônio Público Municipal a área de 5.255,30m², a ser anexa ao imóvel contendo a área total de 31.077,35m², proveniente da matrícula do imóvel nº13.818, correspondente a Rua nº130, lateral da Rua 03 de Outubro, na localidade de Braço do Sul.



Art. 2º Fica o Município autorizado a devolver a área referida no artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, a propriedade de Claudemir Fodi e Uira Weiss, antigos proprietários do imóvel.

Parágrafo único. A área citada que havia sido destinada a parcela de arruamento cujo projeto de abertura não foi executado em decorrência da declividade longitudinal existente no trecho ser inadequada para transformação em arruamento público.

Art. 3º Fica Isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, o imóvel identificado no Art. 1º desta Lei, objeto da presente devolução.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Schroeder, 06 de maio de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei No 1.663/2008**

#### **Autoriza a Realizar Despesas com Custeio de Frete Para Transporte de Calcário.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a realizar despesas no valor de até R\$5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta reais), para fazer frente ao custeio de frete referente ao transporte de 360 (trezentas e sessenta) toneladas de calcário do município de Botuverá, no Estado de Santa Catarina, ao município de Schroeder, cedidas aos agricultores do Município, através do Programa Terra Boa de Calcário 2008.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 06 de maio de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei No1.664/2008**

#### **Dispõe Sobre a Denominação da Rua Nilo dos Santos**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a denominar a rua no306, na localidade de Itoupava-Açu, no Município de Schroeder, de Rua Nilo dos Santos.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 13 de maio de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 1.665/2008**

#### **Dispõe Sobre a Utilização de Cartão de Débito (Utilcard) Pelos Servidores Públicos Municipais.**

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Público Municipal autorizado a firmar convênio com a Associação Empresarial de Schroeder – ACIAS, a qual se apresenta como responsável pelo gerenciamento técnico e administrativo do sistema de prestação de serviços de emissão, utilização e administração de cartões magnéticos convênios (Utilcard), destinados aos servidores públicos municipais, mediante desconto mensal em folha de pagamento.

Art. 2º O cartão de débito (Utilcard) poderá ser utilizado em toda a rede conveniada, ou seja, em todos os estabelecimentos credenciados junto a Associação Empresarial de Schroeder que possuam selo de identificação, englobando supermercados, farmácias, postos de combustíveis e outros estabelecimentos comerciais.

Art. 3º A concessão de crédito para realização de transações com os cartões disponibilizados respeitará o limite de 30% (trinta por cento) dos rendimentos líquidos mensais dos servidores públicos municipais.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 20 de maio de 2008.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

DENILSON WEISS

Secretário de Administração e Finanças